

Cabo Verde entre os países africanos “mais amigos” das raparigas

CABO Verde figura entre os países africanos “mais amigos” das raparigas menores de 18 anos, segundo um relatório que escrutina o comportamento dos governos do continente em relação às raparigas e se respeitam as suas obrigações legais.

Segundo o “Relatório Africano sobre o Bem-Estar da Criança (2020) - Quão amigos das raparigas são os governos africanos”, lançado pelo African Child Policy Forum (ACPF), ainda que o quadro jurídico e político da União Africana aponte para a correcção das desigualdades e salvaguarda dos direitos, interesses e situação das 308 milhões de raparigas com menos de 18 anos no continente, os governos e entidades nacionais nos 52 países analisados “podem e devem fazer mais para proteger as raparigas e garantir que participam plenamente na sociedade”.

Para este efeito, o relatório cria o Índice Amigo-das-Raparigas (Girl-Friendly Index), no qual Cabo Verde aparece na sexta posição entre o grupo de sete países “mais amigos” das raparigas, e São Tomé e Príncipe surge na

13.ª posição, já na faixa dos países “amigos”.

O índice é uma ferramenta estatística baseada em direitos e apresenta-se como um quadro conceptual ancorado em três pilares dos direitos da criança: protecção, provisão e participação. Globalmente, os países que apresentam os melhores resultados como amigos das raparigas são as Maurícias, Tunísia, África do Sul, Seyscheles, Argélia, Cabo Verde e Namíbia.

Angola (21.ª posição), Moçambique (26.ª) e Guiné Equatorial (29.ª) figuram numa faixa de 14 países “razoavelmente amigos” das raparigas e a Guiné-Bissau ocorre na 43.ª posição do ‘ranking’, já a fechar a faixa dos países “menos amigos”, mas, ainda assim, acima do grupo dos sete países com a pior classificação.

O índice detalha como as leis e políticas dos Estados africanos protegem os direitos e interesses das raparigas. A dimensão da protecção diz respeito aos quadros jurídico, político e programático que os governos africanos têm em vigor, ou deveriam adoptar, para salvaguardar os direitos e interesses das

raparigas.

No pilar da provisão, o relatório sublinha que a protecção dos interesses e dos direitos das raparigas “exige” que os governos “comprometam orçamentos” e garantam o acesso à educação, saneamento, saúde sexual e reprodutiva, entre outros serviços.

Na área da educação, por exemplo, o estudo constatou que, eSwatini (antiga Swazilândia), Tunísia, Lesotho e Moçambique, apresentam um desempenho comparativamente elevado, em função da dotação orçamental e por comparação com as médias dos outros países.

“As raparigas em África constituem um segmento demograficamente significativo da população, mas continuam a ser o grupo mais negligenciado e esquecido, tanto nos discursos políticos como nos orçamentos”, sublinha-se no texto do ACPF, uma instituição independente sem fins lucrativos presidida pela activista social moçambicana, Graça Machel, e sediada em Addis Abeba, onde está instalada a União Africana. - (LUSA)